

Artigo original

Situações de vulnerabilidade vivenciadas por pessoas transexuais

Situaciones de vulnerabilidad que viven las personas transgénero

Situations of vulnerability experienced by transgender people

Rosana Alves de Melo¹ Alanna Layssa Gomes e Silva² Dhessika Rivieri Rodrigues dos Santos Costa³ Millena Coelho Guimaraes⁴ Lara Sibelly Ribeiro Coqueiro⁵ Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes⁶ ¹Autora para correspondência. Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina). Pernambuco, Brasil. rosana.melo@univasf.edu.br²⁻⁵Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina). Pernambuco, Brasil.⁶Universidade de Pernambuco (Petrolina). Pernambuco, Brasil.

RESUMO | OBJETIVO: Analisar a percepção de pessoas transexuais sobre as situações preconceituosas vivenciadas no seu cotidiano. **MÉTODO:** Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado presencialmente entre os meses de junho e dezembro de 2018, com 25 pessoas transexuais dos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas na íntegra e esses dados analisados por meio da Análise de Conteúdo temática. **RESULTADOS:** Verificou-se que as pessoas transexuais percebem a ocorrência de situações de violência em seu cotidiano, evidenciada de diversas formas. Ao indagar sobre a violência e o preconceito sofrido, foi mencionado o medo, a visão diferente e preconceituosa das pessoas, as dificuldades no uso de banheiros públicos e a falta de informação quanto à diferenciação dos subgrupos da sigla LGBTQIA+. Quanto às dificuldades enfrentadas, foram citadas as barreiras de acesso à saúde, educação, inserção no mercado de trabalho e relacionamento familiar. **CONCLUSÃO:** Assim, considerando a complexidade dessa problemática na região estudada e no país como um todo, torna-se fundamental a participação política desses indivíduos em movimentações sociais da diversidade sexual e de gênero, de forma a se buscar a conscientização da sociedade a respeito dessa diversidade e, a partir disso, propor o planejamento e execução de ações que visem diminuir as dificuldades de pessoas transexuais em relação à garantia dos direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção. Pessoas transexuais. Preconceito. Populações Vulneráveis. Situações de violências e vulnerabilidades.

ABSTRACT | OBJECTIVE: To analyze the perception of transgender people about the prejudiced situations they experience in their daily lives. **METHOD:** Descriptive study, with a qualitative approach, carried out in person between June and December 2018, with 25 transgender people from the municipalities of Petrolina/PE and Juazeiro/BA. Data collection took place through semi-structured interviews, which were recorded and transcribed in full and these data were analyzed using thematic Content Analysis. **RESULTS:** It was found that transgender people perceive the occurrence of situations of violence in their daily lives, evidenced in different ways. When inquiring about the violence and prejudice suffered, fear, the different and prejudiced view of people, the difficulties in using public restrooms and the lack of information regarding the differentiation of subgroups of the acronym LGBTQIA+ were mentioned. As for the difficulties faced, barriers to access to health, education, insertion in the labor market and family relationships were cited. **CONCLUSION:** Thus, considering the complexity of this problem in the region studied and in the country as a whole, the political participation of these individuals in social movements of sexual and gender diversity becomes essential, in order to seek society's awareness of this diversity and, from this, propose the planning and execution of actions that aim to reduce the difficulties of transgender people in relation to the guarantee of fundamental rights.

KEYWORDS: Perception. Transgender people. Prejudice. Vulnerable Populations. Situations of violence and vulnerability.

RESUMEN | OBJETIVO: Analizar la percepción de las personas transgénero sobre las situaciones de prejuicio que viven en su vida cotidiana. **MÉTODO:** Estudio descriptivo, con enfoque cualitativo, realizado de forma presencial entre junio y diciembre de 2018, con 25 personas transgénero de los municipios de Petrolina/PE y Juazeiro/BA. La recolección de datos ocurrió a través de entrevistas semiestructuradas, que fueron grabadas y transcritas en su totalidad y estos datos fueron analizados mediante el Análisis de Contenido temático. **RESULTADOS:** Se constató que las personas trans perciben la ocurrencia de situaciones de violencia en su cotidiano, evidenciado de diferentes formas. Al indagar sobre la violencia y los prejuicios sufridos, se mencionó el miedo, la mirada diferente y prejuiciosa de las personas, las dificultades para utilizar los baños públicos y la falta de información respecto a la diferenciación de subgrupos de las siglas LGBTQIA+. En cuanto a las dificultades enfrentadas, se mencionaron las barreras de acceso a la salud, la educación, la inserción en el mercado laboral y las relaciones familiares. **CONCLUSIÓN:** Así, considerando la complejidad de esta problemática en la región estudiada y en el país en su conjunto, la participación política de estas personas en los movimientos sociales de la diversidad sexual y de género se vuelve fundamental, con el fin de buscar la conciencia de la sociedad sobre esta diversidad y, a partir de ello, proponer la planificación y ejecución de acciones que apunten a reducir las dificultades de las personas transgénero en relación a la garantía de los derechos fundamentales.

PALABRAS CLAVE: Percepción. Personas transgénero. Prejuicio. Poblaciones vulnerables. Situaciones de violencia y vulnerabilidad.

Introdução

As lutas por reconhecimento e igualdade de direitos da comunidade formada por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (travestis e transexuais), Queer, Intersexos, Assexuais e demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero, no Brasil, tem início com o despertar do ativismo homossexual na segunda metade da década de 1970. Com o intuito de promover e difundir novas representações da homossexualidade, este movimento era composto por pessoas que se identificavam como homossexuais e se dirigia de forma explícita em oposição à ditadura militar (Canabarro & Meyrer, 2016). Foi nessa época que grupos de militância LGBTQIA+ surgiram erguendo bandeiras de igualdade e clamando pelo tratamento igualitário na forma de amar, impulsionados e também reprimidos pela grande epidemia de HIV-Aids, comumente associada à promiscuidade, um dos estereótipos mais recorrentes associado à causa (Trevisan, 2018; Ferreira & Sacramento, 2019).

Aliado a isso, ressalta-se que o movimento LGBTQIA+ tem uma longa história com maior ou menor visibilidade em determinados períodos e conta com uma demanda bibliográfica sobre esse processo bem reprimida, e a defesa dos Direitos dos Homossexuais a nível internacional teve início na Europa, no final do século passado, tendo como principal bandeira a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo total reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais (Organização Mundial de Saúde, 2020).

O uso da sigla é uma escolha alinhada aos posicionamentos do Movimento LGBTQIA+ brasileiro contemporâneo e abarca identidades relacionadas à orientação sexual, qual seja, à atração afetivossexual por alguém de algum(ns) gênero(s) e que pode ser classificada como heterossexual, homossexual, bissexual, assexuais e pansexuais, ao mesmo tempo que também contempla outras identidades como as de gênero, que é a forma como as pessoas se identificam ou se reconhecem e que inclui categorias como cisgênero, transgênero, transexual, bigênero, pangênero, drag queen, entre outros (Soliva & Gomes Junior, 2020; Rebouças et al., 2022).

A sigla LGBTQIA+ objetiva a promoção, a inclusão e a visibilidade do maior número possível de pessoas com orientação sexual, identidade ou expressão de gênero (forma como a pessoa manifesta publicamente a sua identidade de gênero) desviantes do padrão cisheteronormativo e binário. Cabe ressaltar que esta sigla possui historicidade própria e é resultado dos debates ocorridos pelo próprio movimento, sendo sua forma atual um lugar de disputa tanto na militância como na academia, dividindo a opinião de pesquisadores, autores e militantes/ativistas (Soliva & Gomes Junior, 2020; Carvalho & Barreto, 2021).

O foco dessa pesquisa foi a população transexual, que sempre esteve na ponta de lança dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil com a população LGBTQIA+. Isso ocorre porque essa população ostenta uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões heteronormativos, em que homem é homem e mulher é mulher, e qualquer coisa que fuja dessa norma é encarada com estranhamento. No entanto, ressalta-se que a identidade de gênero não está vinculada ao sentido binário do homem e mulher, já que pode ocorrer a diferenciação entre estes, não há objetivamente uma obrigatoriedade de que o órgão reprodutor esteja atrelado ao gênero,

pois há variações do tipos de gêneros que não estão pautados no padrão cisheteronormativo (Chagas & Nascimento, 2017; Cerqueira et al., 2020).

Dentre os conceitos de identidade de gênero, temos as pessoas transgênero ou “trans”, como sendo aquelas que não se identificam com o gênero determinado desde o seu nascimento pelos órgãos genitais, sendo assim o oposto de uma pessoa cisgênero, que é aquela que se identifica com seu gênero de nascimento (Alves et al., 2018; D’Andrea & Romagnoli, 2018; Ministério dos Direitos Humanos, 2018). Pessoas transexuais são vistas pela medicina como seres portadores de patologia e de uma Classificação Internacional de Doenças (CID) que lhes identifica (Ministério dos Direitos Humanos, 2018). Por isso, são sempre tratadas por códigos de doenças. Nesse sentido, seria correto utilizar o termo “transexualismo”, que foi criado e introjetado pelo movimento social organizado para dizer que a questão dessa população é uma questão de identidade e de modo de viver (Ferreira et al., 2018; Gutierrez & Lordello, 2020).

O processo de reconhecimento da transexualidade, considerando a autoaceitação ou aceitação social, provoca no indivíduo um profundo sofrimento psíquico, que, além disso, também vivencia o estigma e preconceito, e a escassez de amparo social (Carvalho & Barreto, 2021). Há ainda o enfrentamento, por parte dessas pessoas, de maiores dificuldades para se inserirem nos espaços sociais, pois durante toda sua trajetória de vida esbarram em cenários de opressão e silenciamento, e a punição por terem corpos considerados “diferentes” potencializa a vivência de violências simbólicas, culturais, patrimoniais, psicológicas e físicas, resultados do preconceito e estrutura social que despreza as diferenças. E, nesse contexto, entende-se que a transfobia é estrutural, operando de forma a desqualificar as expressões de sexualidade divergentes do padrão heteronormativo (Gaudenzi, 2018; Rebouças et al., 2022).

Apesar de alguns avanços em termos de aceitação e formulação de políticas públicas para a pessoas trans e a população LGBTQIA+ no geral, por todo o seu histórico de preconceitos e pela complexidade de tratar a questão de forma livre, a existência de dados dessa população ainda é escassa. Ou seja, temos uma grande invisibilidade das questões relativas a esses sujeitos perante a sociedade. Essa invisibilidade se reflete na inexistência, até o momento, de pesquisas

de âmbito nacional que considerem a inclusão de variáveis capazes de quantificar e qualificar esses sujeitos. Essas informações são imprescindíveis não somente para conhecer o perfil desta população, mas, sobretudo, levantar suas necessidades e desenvolver políticas públicas eficazes.

Assim, partindo do preceito de que a discriminação e demais formas de violência sofridas pela população transexual interferem de maneira negativa no exercício de sua cidadania ao ter direitos básicos violados, e observando os poucos estudos que se debruçam em abordar a violação de direitos que a população trans sofre possivelmente por reflexo dos preconceitos e discriminação social a que essas pessoas são submetidas cotidianamente, a realização dessa pesquisa justificou-se pela perspectiva de levantar uma discussão sobre os diversos preconceitos e violências vivenciados pelas pessoas transexuais. Dessa forma, o presente estudo se debruça sobre a seguinte problemática: Como pessoas transexuais percebem as diversas formas de violência sofridas em seu dia a dia? O objetivo da pesquisa foi analisar a percepção de pessoas transexuais sobre as situações preconceituosas vivenciadas nos seu cotidiano.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo exploratória, de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa permite trabalhar o universo das percepções, motivações, crenças, valores e atitudes dos participantes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, não podendo ser reduzido a variáveis quantitativas (Minayo, 2014).

A perspectiva descritiva evidencia o desenho da realidade que se deseja pesquisar, uma vez que primeiro utiliza a descrição, o registro e a análise, para posteriormente fazer a interpretação dos processos contemporâneos por meio da comparação e do contraste. Já o enfoque exploratório permite descobrir os diversos fatores que contornam o objeto de estudo, possibilitando o aprimoramento da discussão baseada nos aspectos que envolvem os produtos encontrados (Lakatos & Marconi, 2001).

A pesquisa ocorreu nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, tendo como cenário inicial espaços públicos onde se pôde ter contato com pessoas LGBTQIA+.

Esses espaços onde ocorreram as abordagens foram postos de saúde, praças, academias e espaços de beleza, tendo sido explicado o objetivo da pesquisa e solicitado a participação daqueles que atendessem aos critérios de inclusão da pesquisa: se auto declarassem pessoas transexuais; e serem maiores de 18 anos. Como critério de exclusão ficou estabelecido que aqueles indivíduos que tivessem algum tipo de limitação cognitiva que o impedissem de responder as questões trazidas não participariam da pesquisa.

Após o primeiro contato, havendo o consentimento dos sujeitos abordados, estes puderam determinar um local de sua preferência para realização da entrevista (sendo de escolha da maioria as suas casas), com o intuito de promover um maior conforto e privacidade aos entrevistados. O número de participantes foi delimitado pelo critério da saturação teórica dos dados, no qual há a suspensão da inclusão de novos participantes quando as informações obtidas passam a apresentar redundância ou repetição, ou seja, quando a continuidade da coleta não traria novos elementos pertinentes ao objetivo do estudo (Minayo, 2014). Ao final dessa etapa, 25 pessoas transexuais haviam sido entrevistadas, sendo 13 homens trans e 12 mulheres trans., na faixa etária de 18 a 49 anos, todos residentes nas cidades de Petrolina-Pernambuco e Juazeiro-Bahia.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e dezembro de 2019, por meio de entrevista semiestruturada, direcionadas por dados sociodemográficos e questões norteadoras (*Qual sua percepção da sociedade com relação aos membros da comunidade LGBTQIA+? Como você percebe as situações preconceituosas e violentas divulgadas pelas mídias todos os dias com relação ao público LGBTQIA+? Você já sofreu algum tipo de situação preconceituosa por ser transexual? Especifique; Já foi vítima de algum tipo de violência camuflada ou escancarada? Conte-me como foi; Quais as principais dificuldades que você enfrenta em seu dia a dia com relação à garantia de seus direitos sociais, como educação e saúde? Você já foi impedido de entrar em um espaço público por fazer parte da comunidade LGBT? Alguma situação de violência/preconceito sofrido já impediu que você frequentasse a escola/universidade? O preconceito/discriminação por parte de algumas pessoas interfere em seus momentos de lazer? Você tem conhecimento sobre seus direitos como membro da comunidade LGBTQIA+?*).

As entrevistas foram realizadas utilizando-se um celular com função de gravador portátil, após o consentimento escrito do participante, em horário e local pré-determinado, de acordo com sua disponibilidade, sendo que cada entrevista teve duração média de 15 a 20 minutos. De forma a manter o anonimato dos entrevistados, foram atribuídos códigos de identificação, conforme a ordem das entrevistas (E1, E2, E3...E25).

Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos e metodologia do estudo, bem como seus riscos e benefícios. As entrevistas tiveram início após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo transcritas logo após, através da escuta das gravações. Os dados foram analisados através da técnica de Análise de Conteúdo temática de Bardin (2011), elaborado a partir de três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com interpretação dos dados.

Na pré-análise, os dados foram organizados por meio da transcrição das entrevistas de forma integral e a realização de leitura flutuante e exaustiva do material. Havendo a organização dos dados com a sistematização das ideias iniciais, visualizando os diálogos de maneira individual e destacando os aspectos considerados relevantes. Na segunda fase, constituída pela exploração dos dados, foi realizada a categorização, organizando os dados por meio de agrupamentos e associações de acordo com os objetivos da pesquisa. Na terceira e última fase, definida como tratamento dos resultados, foi realizada a interpretação das informações coletadas relacionando-as aos achados da literatura (Minayo, 2014).

O presente estudo seguiu todos os aspectos éticos de pesquisa com seres humanos, de acordo com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco, sob o número do parecer 2.602.062 e CAAE 86732318.7.0000.5196.

Resultados e discussão

Após leitura exaustiva das considerações trazidas nas falas dos entrevistados e posterior busca por núcleos de sentido, foram extraídas três categorias temáticas

que evidenciaram a percepção dos transexuais sobre a violência sofrida pela comunidade LGBTQIA+; o medo vivenciado pelas pessoas trans diante das situações de violência e preconceito; e as dificuldades e barreiras na garantia de direitos fundamentais de pessoas transexuais.

Percepção de transexuais sobre a violência sofrida pela comunidade LGBTQIA+

A violência é caracterizada como uma ação de crueldade, maus tratos e abuso físico e/ou psicológico contra alguém, definindo relações intersubjetivas e sociais marcadas pela opressão, intimidação, medo e terror (Barreto & Kohlsdorf, 2018). Nessa perspectiva, quando indagados sobre como percebiam a violência sofridas pelas pessoas LGBTQIA+, os participantes trouxeram que conseguem identificar suas expressões, na maioria das vezes, através de situações de ofensas verbais e psicológicas.

"[...] Lhe chamar de forma pejorativa, isso é uma forma, de violência, né? [...]. Mas digamos que uma violência psicológica, uma violência verbal você acaba, né?" (E1)

"A violência psicológica tá aí, né? Não reconhecer o seu nome, não reconhecer quem você é, já é uma violência psicológica." (E5)

"[...] Violência verbal e psicológica, uma brutalidade, [...], uma falta de respeito muito grande em relação a gente, entendeu?" (E12)

As falas trazidas levantam ideias que corroboram com os achados de em estudo realizado no Estado do Ceará, com indivíduos LGBT, que objetivou determinar o perfil de violência psicológica perpetrada contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, onde foi evidenciada a prevalência da violência psicológica, sendo os insultos e demais agressões verbais, os tipos mais comuns de agressão sofrida (Albuquerque et al., 2016), e com os dados do relatório de violência LGBTfóbica no Brasil – 2016, do Ministério de Direitos Humanos, em que o maior número de casos denunciados pelo disque 100, com relação aos transexuais, estava relacionado à violência psicológica (Ministério dos Direitos Humanos, 2016).

Lima (2021) destaca que indivíduos LGBTQIA+ são muito afetados por distúrbios de saúde mental relativos ao estigma e a discriminação e, neste caso fazer

parte da população LGBT torna o indivíduo exposto a um ambiente social hostil, que se caracteriza pelo preconceito, exclusão e rejeição, e tudo isso tem o potencial de desencadear problemas emocionais e de dependência química, sendo condição de risco para ideação e tentativas de suicídio.

A identificação da caracterização da violência psicológica e verbal, na forma de piadinhas, xingamentos e termos pejorativos, como "veado", "sapatão", "Maria macho" também foi percebido nas falas dos sujeitos:

"Aí olhou o meu nome de registro e olhou pra mim assim, aí fez uma expressão totalmente de deboche e ficou cantando um trecho da música de Ney Matogrosso [...]: "menino eu sou é homem, menino eu sou é homem..."" (E3)

"Chamam de uma palavra que eu nunca gostei, chamam de "veado". Acho isso feio, que pra mim "veado" é um animal." (E4)

"Na adolescência chamava de "Maria sapatão", "Maria macho", essas coisas..." (E8)

Evangelista (2017), afirma que é na fala das pessoas que o preconceito geralmente se expressa, sendo diversas vezes na forma de piadas de caráter depreciativo e que, ao se colocar sob o contexto de brincadeiras, não são percebidas por algumas pessoas como ofensa, e por vezes, sendo visto até mesmo como vitimismo da pessoa agredida.

A violência psicológica consiste em atos ou omissões que se destinam à degradação, intimidação e domínio de outra pessoa, exercendo controle sobre suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Utilizando-se de ameaças ou humilhações que resultam em prejuízo à autodeterminação e ao desenvolvimento social, pode ser subdividida em assédio moral, sexual, discriminação racial e agressão verbal. Esta última, sendo caracterizada por comportamentos direcionados a vítima, os quais envolvem xingamentos, ironia e ofensas que tem como objetivo a desqualificação os sujeitos (Barreto & Kohlsdorf, 2018).

Outras formas de violência e preconceitos observadas nesse estudo se reportam ao fato de não haver a aceitação da sociedade pelas diferenças existentes com relação aos LGBT, sendo expressa, na maioria das vezes, por situações de violência e falta de respeito ao outro.

“Como é que a gente consegue se situar e viver bem numa sociedade que não nos aceita, que o tempo todo tá ali discriminando, desrespeitando e tratando a gente como se não fosse nem humano?!” (E3)

“Então, a partir do momento que alguém fala pra mim que eu nunca vou ser um homem, pra mim, ela já tá me ofendendo, ela já tá me atingindo de alguma forma, [...] não tá respeitando o meu espaço.” (E20)

“Há muito preconceito ainda, o povo ainda não tá aceitando [...]. É tanto que tem muitas morte aí de gays.” (E23)

Essa dificuldade de aceitação por parte da sociedade, muitas vezes resultando no desrespeito marcado nas falas dos participantes, se deve à quebra das normas culturais e do princípio heteronormativo. A partir do momento em que o sujeito se reconhece como LGBTQIA+, este passa a não se encaixar no determinado padrão binário de gênero definido no decorrer do tempo como macho e fêmea, heterossexual e homossexual (Franco, 2017).

Todos os anos, milhares de pessoas que não se encaixam no padrão de heteronormatividade têm suas vidas ceifadas como consequência da intolerância e do preconceito. E, embora o direito à vida seja defendido pelo Estado brasileiro e implementado em sua Constituição, o assassinato de indivíduos tidos como “desumanos” coloca o país em uma posição de destaque com relação crimes contra a vida LGBTQIA+ (Rebouças et al., 2022).

Ainda nesse sentido, foi citada a intolerância como um tipo de violência bastante presente, e que traz muito sofrimento aos indivíduos que sofrem essas situações no cotidiano:

“Não é porque uma pessoa é diferente de você, ou diferente do que você acredita, que você tem o direito de agredir e de matar [...] porque eu digo que a sociedade mata a comunidade LGBT todos os dias, não é só quando leva à óbito, mas ela mata internamente quando a gente se cala, quando a gente se priva de lazer, por ter medo de ser agredido, por ter medo de sofrer qualquer tipo de violência.” (E3)

“É totalmente diferente de uma comunidade normal, de um ser humano normal, apesar de ser um ser humano normal. Mas, a gente paga caro pelas escolhas da gente, pelo simples fato de você vestir uma roupa diferente, né?” (E4)

Tais aspectos predominantes nas colocações podem ser caracterizados como LGBTfobia, termo adotado na 3ª Conferência Nacional LGBT em 2016 para designar atitude de inferiorização, hostilidade e discriminação ou violência dirigidas aos LGBT em virtude de sua sexualidade e/ou identidade de gênero (Ministério dos Direitos Humanos, 2016). Dessa forma, a falta de uma legislação específica que criminalize a LGBTfobia e políticas públicas que busquem a proteção das pessoas LGBTQIA+, pode se configurar como uma das principais barreiras no enfrentamento desses diversos tipos de violência praticada contra essas pessoas.

O medo despertado pelas situações de violência e preconceito vivenciadas no cotidiano dos sujeitos

A violência e o preconceito vivenciado ou presenciado todos os dias através de divulgações das mídias e dos dados estatísticos, desperta o medo, que afeta o psicológico e a vida cotidiana desses grupos.

“Fico com medo de sair na rua, fico com medo de sair de noite, [...], medo de ir pra uma festa.” (E9)

“Porque nós, membros da comunidade, temos sempre medo, do que vai acontecer [...]. O medo de fazer parte das estatísticas é real.” (E16)

“Eu me sinto numa certa forma vulnerável [...]. Com medo de sair, [...] quando eu me vejo oprimida, é um lembrete de pensar assim, que a minha existência não é válida, não é considerada correta.” (E19)

Os diálogos trazidos coadunam com os resultados de um estudo realizado em Porto Rico, no qual a descrição de experiências de vitimização evidenciou que os pesquisados experienciaram situações de assédio verbal e psicológico, levando ao medo de se identificarem como LGBT diante de demais colegas e autoridades, e o temor por suas vidas em espaços públicos (Quiñones et al., 2016).

Historicamente excluída e vulnerável, a população LGBT tem sido vítima de violências, discriminações e violações de direitos humanos ao longo dos anos, estando o medo sempre presente no cotidiano dessas pessoas. O medo de agressões físicas, de sofrer bullying na escola, de sofrer preconceito ou ser demitido no trabalho, do afastamento da família, de ser expulso de casa, de ser oprimido, são algumas das formas de medo com as quais as pessoas LGBTQIA+ convivem todos os dias (Feitosa & Morato, 2018).

Quando questionados sobre as situações preconceituosas já vivenciadas, observou-se nos discursos que a maioria das situações se enquadravam no olhar de forma diferente por parte das pessoas em diversos locais frequentados por eles:

“A pessoa passando, [...] você percebe o olhar, fica aquela dúvida “é ou, não é?”, muitas pessoas olham e falam por trás.” (E4)

“Assim, alguém chegar e falar alguma coisa, nunca sofri não, mas em relação a olhar, esse tipo de coisa incomoda, eu realmente já sofri.” (E25)

As situações apresentadas acima demonstram o preconceito velado por parte das pessoas, com o qual os LGBTQIA+ sofrem cotidianamente, sendo esse preconceito por vezes velado, demonstrado quando lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis são discriminados, ignorados e excluídos de forma silenciosa, por não pertencerem ao padrão de heteronormatividade (Jara, 2017).

Outras situações, também percebidas como forma de preconceito e violência sofrida pelos participantes foi a dificuldade e /ou impedimento de utilização de banheiros públicos, havendo relatos muitas vezes de episódios humilhantes.

“Eu já fui expulso de um banheiro masculino, eu achei que o cara ia me bater [...]. Um amigo meu também. Ele quase foi espancado numa festa, porque entrou no banheiro masculino.” (E8)

“Foi quando eu tava numa festa, tipo, eu queria usar o banheiro feminino. E daí o [...] segurança me botou pra fora do clube, entendeu? [...] pra mim, eu me senti um lixo, um bagaço no meio de todo mundo.” (E24)

Conforme a Resolução nº12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNDC/LGBT), o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados pela identidade de gênero das pessoas, quando houver, deve ser garantido conforme essa identidade de gênero do indivíduo (Resolução n. 12, 2015).

Para Mesquita (2018) o direito de transexuais e travestis de utilizarem banheiros sociais da maneira como se reconhecem se baseia no princípio da dignidade humana, e que a violação desse princípio é a negação do direito de ser reconhecido da forma que

preferem, é ferir o seu direito enquanto pessoa, culminando em danos como constrangimento e privação do direito ao reconhecimento e liberdade.

Estudo realizado pela mesma autora supracitada buscou a opinião da sociedade em geral com relação a utilização dos banheiros sociais, apresentando como resultados, o despreparo da população com relação ao reconhecimento e aceitação dos direitos dessa minoria, sendo que quase todos os participantes da pesquisa alegaram ter algum tipo de medo ou constrangimento ao ter que dividir o banheiro com pessoas trans ou travestis (Mesquita, 2018).

Outra particularidade identificada na pesquisa foi relacionada ao desconhecimento, por parte da sociedade, sobre as especificidades de integrantes da população LGBTQIA+, percebidas pela não diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual:

“A colocação errada me incomoda diariamente. Em questão de transexuais, por exemplo, a mídia inteira fala sobre Tami, e falam sobre ele, só que não usam o “ele”, usam o “ela” [...] Ai isso me incomoda bastante, porque eu sei da luta dele, eu sei o quão é ruim, [...] eu vivencio isso todos os dias.” (E17)

“Então, isso muitas vezes, socialmente pra quem não tem informação, é ignorante, faz achar que a pessoa trans é só uma sexualidade, que ela escolhe [...] ela acha que, apenas, eu sou um gay evoluído, tipo Pokémon, que é aquele gay que é gay mas, visualmente não parece.” (E19)

Observa-se que a convivência com esses tipos de situações causadas pela desinformação ou até mesmo desinteresse na busca pelo conhecimento, é comum no dia a dia desses indivíduos. As situações citadas pelos entrevistados foram evidenciadas em um estudo realizado com docentes de escolas públicas e privadas de Maringá- PR, onde esses profissionais não souberam diferenciar identidade de gênero de orientação sexual (Santana & Maio, 2015).

Em oposição ao relato da maioria dos entrevistados que referiu já ter sofrido algum tipo de violência ou preconceito por ser LGBTQIA+, alguns participantes revelaram nunca ter experimentado estas situações.

“Já fui vítima pela violência, mas não foi pela minha sexualidade [...]. Nessa parte aí, graças a Deus, eu sou uma pessoa que sou muito bem respeitada e muito querida.” (E2)

“Não, não lembro não (vivência de situação preconceituosa) [...] Assim, pelo menos comigo, graças a Deus, sou recebido de braços abertos. Não tenho o que dizer da sociedade.” (E7)

Os discursos acima podem estar relacionados à não percepção ou reconhecimento do que se configura como violência ou preconceito, ou até mesmo a tentativa de fugir do rótulo de vítima. Nessa perspectiva, estudo realizado com travestis e transexuais em Belo Horizonte/MG, acerca das representações sociais sobre a violência, demonstrou que a violência pode estar sim presente na vida dessas pessoas, no entanto, buscando sobreviver às diversas situações de violência vivenciadas, os indivíduos acabam encontrando soluções para enfrentá-la, muitas vezes negando e se acostumando com as situações violentas cotidianas (Ribeiro et al., 2019).

Dificuldades e barreiras na garantia de direitos fundamentais

Diversas dificuldades enfrentadas no dia a dia com relação à garantia de direitos essenciais foram evidenciadas através dos relatos. No tocante ao acesso a saúde, destacam-se na fala as dificuldades com relação à utilização do nome social nas instituições de saúde, resultando muitas vezes, em situações de constrangimento:

“É quando a gente procura os hospitais, né? Ai a gente sofre um pouquinho [...] elas querem porque querem chamar a gente pelo nome de homem, entendeu? Mesmo alguém colocando lá, que eu já fui, aí eles colocam ali em cima assim “chamar pelo nome social”, e elas chamam pelo nome, entendeu?” (E12)

“O que mais acontece é chamarem pelo meu nome de registro, e as pessoas ficarem, tipo, aí fica cochichando uma com a outra, sabe? [...] E tipo, eu entro na sala, que eu dô de cara com o médico, ele fica, tipo: “É a pessoa certa mesmo?”” (E10)

Tais relatos se assemelham ao discurso de participantes de um estudo sobre dificuldades de pessoas trans no acesso a saúde realizado em Vitória/ES, no qual os autores concluíram que o desrespeito à utilização do nome social em serviços de saúde, agregado a outros tipos de discriminação por parte de funcionários, tem sido determinante para garantia da qualidade da assistência à saúde para esse público (Rocon et al., 2016).

De acordo com a Portaria nº [2.836](#), de 1º de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs, o direito ao uso do nome social de travestis e transexuais foi normatizado, em conformidade com a Carta dos Direitos dos usuários do SUS. Dessa forma, o descumprimento dessa norma pelo sistema público de saúde tem efeitos negativos no acesso a saúde de transexuais e travestis (Portaria n. [2.836](#), 2011).

Ainda com relação à saúde, ressalta-se a falta de capacitação/qualificação de muitos profissionais, o que reafirma a baixa capacitação e humanização de muitos profissionais que prestam serviço em instituições de saúde. Ribeiro et al. (2019) apontam a necessidade da população LGBTQIA+ de receber um acolhimento adequado, com profissionais qualificados, que sejam capazes de referenciá-los adequadamente de acordo com suas necessidades específicas, sugerindo a educação permanente dos profissionais de saúde.

Em relação ao sistema educacional, as principais barreiras enfrentadas compreendem, além do direito ao uso do nome social, a violência e preconceito infligidos por colegas e funcionários das instituições de ensino, muitas vezes resultando na desistência do curso por parte desses indivíduos.

“Eu deixei de estudar, porque a escola perseguia[...] era chacota, era violência física e moral, e assim vai. Mesma coisa aconteceu com a violentação do meu gênero, com algumas funcionárias da escola, né? [...]. Então, não tinha condições de ficar num espaço o qual, a maioria me violentava todos os dias.” (E15)

“Como eu já tava na faculdade, [...] eu senti sim, de algumas pessoas em relação ao olhar, em relação a não querer me pôr no grupo do trabalho ou até mesmo [...] me isolarem, com piadinha toda hora. [...] Eu até desisti da faculdade.” (E19)

Mesquita (2018) menciona o uso de piadas, brigas, brincadeiras e outros comportamentos discriminatórios como entraves no acesso à educação. Segundo ele, o bullying representa uma arma direcionada às pessoas trans, havendo também o sofrimento, não só através de manifestações explícitas no ambiente escolar, mas também devido ao despreparo de professores e demais funcionários da educação para lidar com essa população.

Nas falas dos participantes também foram enfatizadas as dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho, ao assumirem sua identidade de gênero:

"[...] Eu já me prostituí também, muito, por causa disso, que não tem oportunidade de emprego, não ter o que comer." (E4)

"Eu fui pro mercado informal e, [...] decidi trabalhar cortando cabelo a domicílio. Não era algo que eu gostava de fazer, eu fazia por necessidade e, só os amigos, as pessoas que me conheciam aceitavam." (E15)

"Eu sempre trabalhei com publicidade, [...]. E teve um cliente, que ele era cliente há muito tempo [...]. Aí simplesmente ele cancelou do nada, assim que eu comecei a transição (trans) de forma oficial. E aí, depois, eu acabei ouvindo que foi por causa disso." (E19)

Estudo realizado por [Licciardi et al. \(2015\)](#) concluiu que a principal causa da exclusão de transexuais e travestis do mercado de trabalho é o preconceito, uma vez que até mesmo aquelas pessoas que são bem qualificadas encontram dificuldades no ingresso ou na adaptação às organizações, sendo apontado o preconceito presente desde os processos seletivos, por parte dos recrutadores. Como consequências desse mercado de trabalho fechado e recluso, a alternativa encontrada por transexuais e travestis como forma de sobrevivência é a prostituição, evidenciado em alguns relatos.

O direito ao trabalho é previsto na Constituição Federal, em seu artigo 6º, na categoria dos direitos sociais. No entanto, as taxas de desemprego ainda atingem um número expressivo da população brasileira, sendo de 11,6% no último trimestre ([Saraiva, 2018](#)). E, embora toda a população esteja susceptível a fazer parte destas estatísticas por questões multifatoriais, a população LGBTQIA+ tem como agravante na garantia desse direito, o preconceito e a discriminação no mercado de trabalho.

O uso da religião como justificativa para discriminação e preconceito infligidos também foi um dos fatores dificultadores mencionados pelos entrevistados, interferindo na atenção à saúde e na busca por emprego.

"Usam o preconceito pra querer dizer que estão fazendo aquilo que Deus deixou, onde na verdade está destilando o preconceito que há dentro de si próprio." (E13)

"Tinha uma enfermeira, que se negou a aplicar testosterona, porque ela era evangélica e ela era contra." (E18)

"E, principalmente, se um carregador que tiver lá em cima for evangélico, é que eles olham mais torto ainda. Então, [...] hoje em dia eu não consigo entrar em empresa nenhuma por conta disso." (E21)

É fato que a população LGBTQIA+ é vítima de preconceito baseado em um padrão heteronormativo da sociedade, o qual decorre da cultura religiosa dominante no país. Em especial nos casos dos transexuais que estão mais expostos com maior visibilidade, uma vez que existe a impossibilidade do uso de "armários". Ao assumir a transexualidade, o sujeito se mostra diferente da norma dominante, entrando em conflito com os pilares da religião cristã e seus dogmas. Desse modo, a religião tem sido utilizada como uma justificativa para ferir os direitos das pessoas LGBTQIA+, bem como discursos de ódio e desrespeito com relação à identidade de gênero e orientação sexual ([Feitosa & Morato, 2018](#)).

Alguns entrevistados relataram não ter um bom relacionamento com a família devido a não aceitação por ser trans:

"Sofro por parte de minha mãe [...]. Eu tenho dois irmãos que são deficientes, aí ela me viu de faixa, aí ela disse que preferia ter tido três filhos deficientes." (E8)

"Eu não falo com meu pai. Desde quando eu comecei a hormonização, ele disse que não era meu pai, e virou as costas [...], disse que não ia deixar minha irmã crescer vendo uma "aberração" e cortou o vínculo." (E9)

"Porque eu nasci dentro de uma família preconceituosa [...] no dia que eles souberam, [...] eu levei uma surra e fui colocada pra fora de casa." (E12)

Ao longo da história a população trans e todos os demais membros LGBTQIA+ foram marginalizados, isolados da sociedade, da família e do direito. Sendo assim, o vínculo afetivo é um fator desconhecido nas relações familiares dessas pessoas, restando-lhes o ódio, a rejeição, a humilhação e a exclusão da organização familiar, resultado do machismo e da LGBTFOBIA arraigados na sociedade. Sabe-se da importância das relações de afeto intrafamiliar, no entanto, verifica-se a negação desse suporte às pessoas LGBTQIA+, com

a quebra de vínculos familiares que impede o apoio dentro de casa, chegando à expulsão desses indivíduos de seus lares (Rebouças et al., 2022).

Por outro lado, nesse contexto, algumas falas destacam o total apoio e compreensão da família:

“Na verdade, desde novinha, eu já tinha o jeito, então, já decidi falar pra meus familiares, então eles já perceberam, não teve essa história de preconceito, [...] e quando eu tomei a iniciativa de ser uma menina trans, também não sofri preconceito.” (E14)

“A minha aceitação é muito boa. Minha mãe me entendeu, meu pai, minha irmã, meus irmãos todos me entenderam.” (E17)

Apesar de se tratar de uma pequena minoria, os relatos acima podem ser considerados uma vitória para uma parte dessa população, uma vez que demonstra algumas mudanças significativas na maneira de pensar dos familiares, que se tornam uma grande fonte de apoio para essas pessoas, ajudando no enfrentamento dos preconceitos, violências e discriminações a que estão expostas na sociedade. Tais conquistas podem estar associadas à facilidade de acesso à informação e a intensificação dos debates sobre o assunto. No entanto, de acordo com o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% das travestis ainda estão na prostituição, demonstrando a carência de suporte familiar (Benevides, 2023). Para D’Andrea e Romagnoli (2018), o apoio familiar, entendido através da aceitação e compreensão da família, tem impacto numa maior autoestima, no apoio social e na saúde dos sujeitos, protegendo-os da prostituição, depressão, uso de drogas e comportamentos suicidas.

Conclusão

Este estudo permitiu constatar que os/as transexuais, como membros da comunidade LGBTQIA+, em sua maioria, sofrem com situações de preconceito e violência em seu cotidiano, sendo citadas, como as mais comuns, o desrespeito e a violência psicológica e verbal. Evidenciou-se, ainda, as formas de preconceito e violência mais presentes no cotidiano desse grupo que são: o medo, decorrente de situações de

violência vivenciadas ou presenciada direta/indiretamente; o olhar de preconceito da sociedade; o impedimento da utilização de banheiros públicos; e a falta de conhecimento das pessoas a respeito das subcategorias que fazem parte da sigla LGBTQIA+, bem como suas diferenças e especificidades.

Quanto às barreiras encontradas no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais, os participantes mencionaram a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. No tocante à saúde e educação, o principal obstáculo apresentado foi com relação ao uso do nome social nas instituições, que muitas vezes, ao não ser respeitado, causa constrangimento e humilhação. Mencionou-se, ainda, dificuldades no relacionamento familiar, e a religião como fator contribuinte para a vivência de preconceito. Em contrapartida, foi citado por alguns o total apoio e compreensão por parte da família.

Assim, conclui-se que situações preconceituosas, de violência e exclusão direcionadas à população transexual estão fortemente presente na sociedade e, mesmo existindo avanços com relação à conquista de direitos, ainda há um longo caminho a percorrer, que vai desde a educação e sensibilização da população em geral, com relação aos direitos e especificidades dessas pessoas, à qualificação de profissionais, tanto da saúde como da educação a partir de sua formação, de modo a apenderem a lidar com esse público. Outro ponto seria a criação e implantação de políticas públicas mais rígidas, que visem a inclusão no mercado de trabalho, diminuição de desigualdades e a tolerância à diversidade.

Diante da discussão trazida nessa pesquisa, reitera-se a necessidade de novos estudos serem produzidos, na perspectiva de abranger outros membros da população LGBTQIA+ e suas características singulares, além das pessoas trans, de modo a promover políticas públicas específicas a cada grupo. Como limitações do estudo, observou-se a dificuldade de acesso à população estudada, uma vez que a pesquisa foi realizada em espaços públicos, não havendo adesão por parte de travestis, inicialmente idealizadas para o estudo. Outra limitação foi a escassez de estudos sobre o tema nas bases de dados que auxiliassem em uma maior discussão a respeito dessa temática.

Contribuições dos autores

Melo, R. A. e Silva, A. L. G. participaram da concepção da pergunta de pesquisa, delineamento metodológico, busca e análise estatística dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados, redação do artigo científico. Costa, D. R. R. S., Coqueiro, L. S. R. e Guimarães, M. C. trabalharam na concepção da pergunta de pesquisa, coleta e interpretação dos dados. Fernandes, F. E. C. V. participou do delineamento metodológico, análise estatística dos dados da pesquisa, e interpretação dos resultados do artigo científico. Todas as autoras revisaram e aprovaram a versão final estão de acordo com sua publicação.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Albuquerque, G. A., Parente, J. S., Belém, J. M., & Garcia, C. L. (2016). Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em Debate*, 40(109), 100–111. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201610908>
- Alves, A. A., Azevedo, B. G., & Silva, D. S. (Orgs.). (2018). *Psicologias, sexualidades e identidades de gênero: guia de referências técnicas e teóricas* (1a. ed., p. 38). Conselho Regional de Psicologia 3ª região. <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barreto, J. S., & Kohlsdorf, M. (2018). Análise da violência do bullying de acordo com relatos dos adolescentes nos blogs da internet. *Perspectivas em Psicologia*, 22(1), 138–154. <https://doi.org/10.14393/PPv22n1a2018-10>
- Benevides, B. G. (2023). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>
- Canabarro, R., & Meyrer, M. R. (2016). A mulher mais bonita do Brasil: os closes de Roberta nas capas da revista manchete: a construção de identidades transfemininas (1984-1994). *Revista de História Comparada*, 10(2), 212–234. <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/4169>
- Carvalho, A. A., & Barreto, R. C. V. (2021). A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(9), 4059–4064. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>
- Cerqueira, T. D., Denega, A. M. O., & Padovani, A. S. (2020). A importância do nome social para autoaceitação e aceitação social do público “Trans”. *Revista Feminismos*, 8(2), 26–39. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/34894/23830>
- Chagas, E. N., & Nascimento, T. E. P. (2017, Agosto 22–25). *(In) Visibilidade Trans: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais*. XVIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, Maranhão, Brasil. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrevediscussaoacercadatransfobia-navidadetravestisetransexuais.pdf>
- D’Andrea, L. S., & Romagnoli, R. C. (2018). Deslocando sobre o arco-íris com tonalidades cinza e preto: assexualidades em trânsito. *Revista Ártemis*, 25(1), 219–239. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.36065>
- Evangelista, B. S. (2017). A heteronormatividade como mantenedora da violência contra homossexuais. *Web-Revista Sociodialeto*, 8(22). <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/72>
- Feitosa, C., & Morato, R. (2018). Crimes de ódio virtuais contra LGBT no Brasil: o Humaniza Redes como proteção estatal. *Revista Periódicus*, 1(10), 208–230. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27379>
- Ferreira, B. O., Pedrosa, J. I. S., & Nascimento, E. F. (2018). Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(1). <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6726>
- Ferreira, V., & Sacramento, I. (2019). Movimento LGBT no Brasil: Violências, Memórias e Lutas. *Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde*, 13(2), 234–239. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1826>

- Franco, L. N. (2017). *Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o movimento enfrenta com relação à sociedade civil* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20739>
- Gaudenzi, P. (2018). Intersexualidade: entre saberes e intervenções. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(1), e00000217. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00000217>
- Gutierrez, S. M., & Lordello, S. R. (2020). Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Psicologia Política*, 20(47), 165–177. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2020000100013&script=sci_abstract
- Jara, M. S. (2017). *Exclusão social de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros negros (as)* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pampa]. Repositório Institucional da Unipampa. <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/2310>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos de metodologia científica* (2a. ed.). Atlas.
- Licciardi, N., Waitmann, G., & Oliveira, M. H. M. (2015). A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. *Revista Científica Hermes*, 14, 201–218. <https://doi.org/10.21710/rch.v14i0.210>
- Lima, C. M. N. (2021). Assexualidade: os desafios para o reconhecimento e aceitação social. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(3), 111–125. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.762>
- Mesquita, I. B. (2018). O uso dos banheiros sociais pelos transgêneros, transexuais e travestis. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, 1. <http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/4654/4252>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Ministério dos Direitos Humanos. (2016). *Caderno de Propostas da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1.pdf>
- Ministério dos Direitos Humanos. (20118). *Manual orientador sobre diversidade* (p. 92). https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf
- Organização Mundial de Saúde. (2020). *Saúde sexual, direitos humanos e a lei*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf>
- Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011. (2011). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html
- Quiñones, C. R., Toro-Alfonso, J., & Meléndez, L. (2016). Minorías frente al alza en la criminalidad: Percepción de seguridad de la comunidad lesbiana, gay, bisexual y transgénero (LGBT) en Puerto Rico [Minorias face ao aumento da criminalidade: Percepções de segurança da comunidade lésbica, gay, bissexual e transgénero (LGBT) em Porto Rico]. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 24(2), 12–26. <https://www.repsasppr.net/index.php/reps/article/view/222>
- Rebouças, W. A. S., Marinho, I. C., & Silva, Y. R. C. (2022). Comunidade LGBTQIA+ e as condições de acesso e permanência no ensino superior. *D'Generus: Revista de Estudos Feminista e de Gênero*. 1(1), 583–602. <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v1i1.2072>
- Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015. (2015). Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012#:~:text=Estabelece%20par%20C3%A2metros%20para%20a%20garantia,quanto%20ao%20reconhecimento%20institucional%20da>
- Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre as normas éticas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Ribeiro, L. P., Vilanni, F. B., Silva, I. P., & Alexandre, P. T. S. (2019). Nós sofremos violência todo dia!: Representações sociais e vivências de violência para pessoas transgêneras. *iQual. Revista de Gênero e Igualdad*, (2), 22–40. <https://doi.org/10.6018/iQual.327291>
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2517–2526. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>

- Santana, N. N., & Maio, E. R. (2015, Dezembro 23–25). *Transexualidade e ensino: a visão do profissional da educação*. 24º Encontro Anual de Iniciação Científica, Maringá, PR, Brasil. <http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/239.pdf>
- Saraiva, A. (2018, Dezembro 28). *Desemprego cai para 11,6%, mas informalidade atinge nível recorde*. Agência IBGE Notícias. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23465-desemprego-cai-para-11-6-mas-informalidade-atinge-nivel-recorde>
- Soliva, T. B., & Gomes Junior, J. (2020). Entre vedetes e “homens em travesti”: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950). *Locus: Revista de História*, 26(1), 123–148. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30003>
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (4a ed.). Editora Objetiva.